

## A *GRAMMATICA BRASILEIRA* DO SÉCULO XIX

### THE *GRAMMATICA BRASILEIRA* OF THE 20<sup>TH</sup> CENTURY

Marli Quadros Leite

Universidade de São Paulo / CNPq

mqlite@usp.br

#### RESUMO:

O foco deste texto é o exame de uma gramática brasileira do século XIX, *Grammatica brasileira ou arte de falar, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro*, de autor anônimo. Os objetivos da pesquisa são: i) verificar se a variedade brasileira da língua portuguesa é objeto de análise na obra; ii) investigar pistas que levem a seu provável autor. A busca pela resposta ao problema desta pesquisa funda-se em princípios da *História das ideias linguísticas*, tais como *gramatização e horizonte de retrospectão* (Auroux 1992, 2006, 2007), pelos quais verificaremos se Luís Maria da Silva Pinto, autor do *Dicionário da língua brasileira* (1832), é também o autor dessa gramática, cuja denominação refere o local de origem da obra, mas ela, em si, não traz dados linguísticos que caracterizam o português do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** gramática brasileira, horizonte de retrospectão, gramatização, língua portuguesa, história das ideias linguísticas, historiografia linguística.

#### ABSTRACT:

This text, whose author is anonymous, examines a Brazilian grammar book from the 19th century, “Brazilian Grammar or the Art of Speaking”, according to rules set by Manuel Borges Carneiro. The aims of the research are the following: i) establish if Brazilian Portuguese is the subject of analysis of the works; ii) look for clues that can lead to identifying its likely author. The search for the response to the issue investigated in this research is underpinned by the History of Linguistic Ideas, such as *grammatisation* and the *horizont de retrospectation*

(Auroux 1992, 2006, 2007), through which we shall establish whether Luís Maria da Silva Pinto, author of the “Brazilian Portuguese Language Dictionary” (1832), is also the author of this grammar book, which confines itself to speaking of the origin of the works and does not contain any linguistic data characteristic of Brazilian Portuguese.

**KEYWORDS:** Brazilian Grammar, retrospective horizons, gramatisation, Portuguese language, History of linguistics ideas, Historiography of linguistics.

## Introdução

Os títulos das obras orientam o leitor a respeito de seu conteúdo. Com base nesse princípio, entendemos existirem diferenças entre as obras que anunciam, pelo título, tratar de “gramática brasileira”, “gramática da língua portuguesa”, “gramática do português”, “gramática português do Brasil” e do “português brasileiro”. A escolha do qualificativo para a língua é apenas uma questão retórica, ou representa uma tomada de posição científica ou metodológica do autor? Essas perguntas nos movem a investigar obras que trazem tais qualificativos em seus títulos. Alicerçada, então, em princípios da história das ideias linguísticas, tais como *gramatização* e *horizonte de retrospectão* (Auroux 1992, 2006, 2007), analisaremos aqui uma gramática brasileira do século XIX, cujo título é *Grammatica brasileira ou arte de falar, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro*, de 1828, de autor anônimo.<sup>1</sup>

A pesquisa, então, funda-se em dois problemas: um, o fato de a obra, de 1828, ter no título o qualificativo *brasileira* para designar a língua objeto da descrição; outro, o fato de ser uma obra anônima. Quem poderia ser o autor de uma obra aparentemente tão relevante para a história do pensamento crítico a respeito da língua portuguesa praticada no Brasil naquela época?

Na busca por obras da mesma época, da metade do século XIX, deparamos com o *Dicionário da língua brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, publicado em 1832. Levantamos, então, a hipótese de as duas obras serem do

---

1 Esta pesquisa foi apresentada oralmente no *XVII Congresso Internacional da ALFAL*, ocorrido em João Pessoa, PB, em julho de 2014. O trabalho foi discutido com pesquisadores especialistas integrantes do Grupo de Pesquisa em Historiografia Linguística, da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

mesmo autor. A investigação, baseada em dados do horizonte de retrospecto da *Grammatica brasileira* e do *Diccionario da lingua brasileira*, assim como do autor do *Diccionario*, nos levou a conclusões importantes sobre a *Grammatica brasileira*, como se verá ao longo deste texto.

Diante desse contexto, fixamos dois objetivos para nortear nossa investigação: i) estabelecer a autoria da *Grammatica brasileira* e, em seguida, ii) investigar a razão de essa obra ter o qualificativo *brasileira* no título.

Assim, começamos o trabalho.

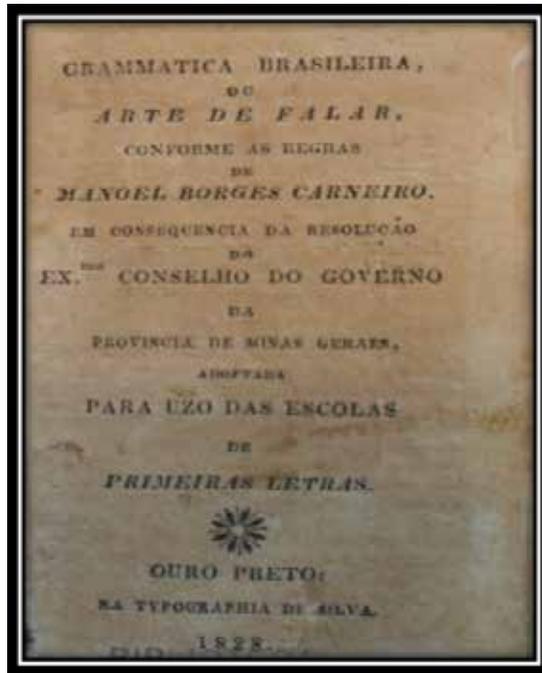
## 1. Uma gramática do século XIX

### 1.1 O problema da autoria

Trataremos de uma obra pouco conhecida, embora relevante, se não pelo conteúdo que encerra, mas pelo título que a qualifica, trata-se da *Grammatica brasileira ou arte de falar*, publicada em 1828, anonimamente. É importante destacar que o subtítulo “conforme as regras de Manuel Borges Carneiro” tem levado alguns bibliógrafos ao engano de atribuir a autoria da gramática ao português citado no subtítulo.<sup>2</sup> Na folha de rosto, lê-se que a obra foi publicada “em consequência da resolução do Ex.<sup>mo</sup> Conselho do governo da província de Minas Gerais”, em Ouro Preto, na *Typographia de Silva*. O autor anuncia que a gramática é pedagógica, “para uso das escolas de primeiras letras”, como se pode verificar na imagem apresentada.

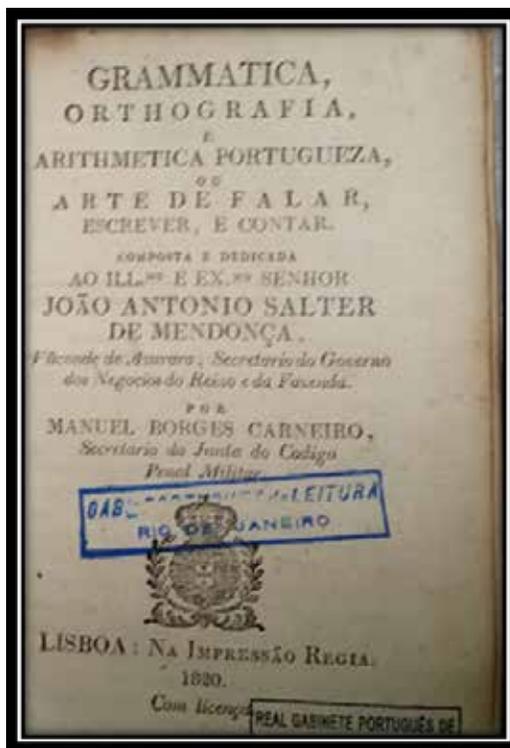
---

2 A *Grammatica brasileira* foi localizada, em 2014, pelo doutorando Jorge Viana de Moraes, no acervo da Biblioteca Brasileira, onde estava catalogada como de autoria de Manoel Borges Carneiro, sob a identificação IESU 520. A obra ainda não consta do acervo online da biblioteca.



O anonimato da obra pode ser derrubado, pois a pesquisa de informações de seu *horizonte de retrospectão* aponta para um autor determinado, como veremos a seguir. Estando a obra situada no tempo e no espaço, a recuperação dos dados sobre o autor não é tarefa impossível, se se dispuser de dados de outras obras, ou de outros autores que tenham atuado no mesmo domínio e, nesse caso, em tempo próximo embora em espaços diferentes, e que tenham produzido obras semelhantes. No caso de que nos ocupamos, os dados que se oferecem à investigação são: a qualificação da obra como “gramática brasileira”, o enquadramento pedagógico institucionalizado da obra (instrumento linguístico “oficial”), o local de publicação, Ouro Preto, a editora, “Typographia de Silva”, o ano, “1828” e, sobretudo, a semelhança da obra com a *Grammatica, orthographia e arithmetica portugueza, ou arte de falar, escrever e contar*, de Manuel Borges Carneiro, publicada em 1820. A folha de rosto dessa obra aparece na imagem abaixo.<sup>3</sup>

3 Agradeço ao colega Prof. Dr. Ricardo Cavaliere que, gentilmente, atendeu ao nosso pedido de localizar a obra no Real Gabinete Português de leitura e dela nos fornecer informações preciosas que vieram a subsidiar esta pesquisa. Algum tempo depois dessa consulta indireta, estivemos no Real Gabinete para consultar a obra e dar andamento ao trabalho.



De acordo com investigação que fizemos, com base nas pistas acima arroladas, chegamos à hipótese de que o provável autor para essa *Grammatica* seria Luís Maria da Silva Pinto, porque sua atuação profissional e publicações condizem com o perfil de alguém que pudesse ser o autor da obra em questão. As informações sobre os dados biográficos de Luís Maria não são uníssonas, segundo Blake (1889, p. 439), ele era natural de Vila Rica, hoje Ouro Preto, nasceu no ano de 1773 e morreu em 1869, já segundo Lima (op. cit.) ele era natural de Goiás, nascido entre as décadas de 60 e 70, mas teria vivido em Ouro Preto, onde morreu. Pelos dados levantados pela pesquisadora antes citada, Silva Pinto teve intensa vida intelectual. Fez mapas estatísticos populacionais e, por isso, foi nomeado diretor do Censo em 1852; foi vice-diretor geral da instrução pública de 1856 e 1857 e, ainda, primeiro diretor do Primeiro Círculo Literário e do Liceu Mineiro e, nessa ocasião, Silva Pinto “teria composto um plano de reforma do ensino em Minas Gerais.” Além disso, foi nomeado administrador da Tipografia Nacional, em 1822, por causa de sua atuação na imprensa. Outra informação importante para o que nos interessa é o fato de Luís Maria ter sido,

conforme Veiga (1898, p.10-20),<sup>4</sup> dono da Typographia de Silva, a mesma editora da *Grammatica brasileira*. O mais relevante, contudo, é o fato de Silva Pinto ser o autor do *Dicionário da língua brasileira*, publicado em 1832, em Ouro Preto, também publicado pela Typographia de Silva.

Abaixo reproduzimos a folha de rosto do *Diccionario da lingua brasileira*.



Esses dados permitem-nos supor que o autor da *Grammatica brasileira* de 1828 seja o mesmo desse dicionário de 1832. Outra informação importante é recuperada no prólogo do Dicionario, no qual se veem indicações da ligação do dicionário com a gramática, quando o autor diz que prometeu, em 1829, publicar um dicionário, pouco tempo depois da aparição da *Grammatica Brasileira*. Veja-se a seguir um trecho do prólogo:

<sup>4</sup> Apud Lima 36.

## PROLOGO

A raridade do Dicionário do nosso Idioma, embora hajão diferentes edições do Fluminense *Antonio de Moraes Silva*, e de muitos outros Lexicographos, me suggerio o projecto de imprimir este *auxiliante da Grammatica, e da Orthografia*.

Coadjuvado pois com uma Typographia, e bem assim induzido pelo desejo commum de avançar ao optimo, emprendi a edição annunciada em 1829. (Silva Pinto 1832 s/n. O itálico é nosso.)

Lima (2006, p. 36)<sup>5</sup> diz que suas pesquisas lhe possibilitam afirmar que o dicionário pode ter sido um dos primeiros livros impressos em Minas Gerais.<sup>6</sup> A historiadora afirma ter encontrado evidências de ter a tipografia de Silva Pinto produzido documentos desde 1828. Pelo que se observa, porém, embora ela tivesse sabido da existência da *Grammatica brasileira*, pois a ela se refere em seu artigo, não levanta a hipótese de que tenha sido de autoria de Silva Pinto. Quanto ao dicionário, seu objeto de pesquisa, diz ser “o primeiro publicado em terras brasileiras”. Tomando essa informação como fidedigna, a gramática, de 1828, pode ter sido a segunda publicada no Brasil. Esse ponto, contudo, não é pacífico, pois a “brasilidade” da gramática pode ser entendida tanto do ponto de vista da autoria quanto da publicação. Para quem considera suficiente o fator nacionalidade do autor, para que a gramática seja considerada brasileira, a primeira gramática brasileira é o *Epítome de gramática da língua portuguesa*, de Antônio Morais Silva, de 1806, publicada em Portugal (Cf. CAVALIERE, 2014); contudo, os que consideram também importante o local da publicação, além da nacionalidade do autor, a primeira é, segundo Kemmler (2013, p. 61), a de Ignacio Felizardo Fortes, publicada no Rio de Janeiro, em 1816, pela Imp. Régia.

---

5 Ivana Stolze Lima é historiadora, pesquisadora e atua como professora colaboradora na PUC-Rio.

6 A autora se refere à dúvida sobre Silva Pinto ter sido, ou não, o editor responsável pelos jornais *O compilador mineiro*, *O companheiro do Conselho*, *Diário do Conselho do Governo* e *O patriota*, porque a referência encontrada na Biblioteca Nacional é a de terem sido esses impressos pela Oficina Patrícia Barbosa e Companhia. Contudo, a própria Lima 2006 36 diz ter sabido, por José Pedro Xavier da Veiga, que o equipamento da Oficina Patrícia Barbosa foi adquirido por Luís Maria da Silva Pinto. Logo, a conclusão é a de que Silva Pinto pode ter sido autor das publicações antes citadas, assim como foi do Dicionário brasileiro de 1832 e, supomos nós, também da *Grammatica brasileira* de 1828.

Pelo que conhecemos, a gramática que ora examinamos ainda não foi objeto de estudo no âmbito da Historiografia Linguística. As referências a ela são raras e lacônicas. O que encontramos sobre essa obra foram referências marginais, que apareceram no contexto do estudo do *Dicionário da língua brasileira*, feito pela historiadora Ivana Lima, do Rio de Janeiro, pesquisadora interessada nas “representações sobre a língua nacional, mestiçagem, escravidão, africanos, Brasil império, identidade, imprensa e historiografia brasileira”.<sup>7</sup> Pelo que se infere da leitura de Lima (2006), nota-se que a historiadora não reconheceu ser Silva Pinto o autor da *Grammatica brasileira ou Arte de Falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, pois parece ter compreendido, pela indicação do título, que a obra seria de autoria de Manuel Borges Carneiro. A própria autora diz textualmente:

Além do dicionário de Silva Pinto, haveria um segundo enigma que valeria a pena investigar, que é a sugestão de que ele teria escrito uma *Grammatica brasileira ou Arte de Falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, de 1847. Nada encontrei ainda, além da menção no texto de apresentação da edição fac-similar do Dicionário da Língua Brasileira, sendo que **repito aqui as palavras de Sacramento Blake** [a respeito do Dicionário]: **nunca vi esta obra**. Sobre a segunda parte do seu título, é importante esclarecer que Manoel Borges Carneiro foi um autor português. (Lima 2006, p. 41. O negrito é nosso.)

Vê-se, pois, que Lima (2006) não pôde estabelecer a autoria da *Grammatica Brasileira*, e Blake (1889) dela não dá nenhuma notícia.

Por que esses instrumentos linguísticos trazem no título os adjetivos *brasileira* e *brasileiro*? A resposta à primeira pergunta não nos parece difícil, considerando a longa discussão sobre os fatos históricos do período do Brasil pós-colonial. O Brasil, então, havia saído do regime monárquico e encontrava-se no período imperial, mas o clima era o de efervescência política. Deixaremos a voz da historiadora que se ocupou da pesquisa sobre o dicionário da Língua brasileira falar:

O título desse dicionário certamente chama a atenção de quem se depara com ele. Afinal de que trataria? É preciso olhar para a efer-

7 Segundo informações constantes do Lattes da autora, disponíveis em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4723595Z9>

vescente cultura política do Brasil do período regencial (1831-1840). A abdicação de D. Pedro I, a instalação de um governo regencial, as discussões em torno das reformas liberais, os diferentes movimentos sociais espalhados pelo Império foram fenômenos banhados em intensa disputa sobre a identidade e a cidadania. Paixões e fervores acompanhavam as palavras ‘brasileiro’ e ‘português’. Nada parecia neutro. Insultos, xingamentos, bravatas eram corriqueiros nas ruas, quartéis, teatros e no farto material impresso que circulava na Corte e nas províncias. Como atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa se o português era o maroto, pé de chumbo, absolutista, inimigo com quem se disputavam cargos públicos, e decisões sobre o rumo da política? A nacionalidade, forjada de forma bastante particular, era entendida como inseparável da cidadania e das lutas políticas. Mais do que um movimento antilusitano, a cultura política da época esteve marcada por um jogo entre identidades construídas, que deu lugar a um animado debate sobre identidades raciais e de cor. (Lima, 2006, p. 36)

A citação responde bem à questão: os adjetivos que qualificavam as obras, aqui já nos referindo também à gramática de 1828, respondiam mais à política do que à linguística. Mas é preciso esclarecer que o qualificativo *brasileiro* dessa época não tem o mesmo valor que teve no período romântico, nem no modernista, nem no pós-modernista (ou seja, o contemporâneo, do final do século XX e século XXI). Nessa época, a acepção da palavra *brasileiro(a)* era polêmica, pois, se de um lado correspondia ao que não era português, mas era próprio do Brasil, de outro lado, era, também, o que era brasileiro sendo português, mas não era o índio. Por essa razão Silva Pinto diz no prólogo: “(...) o da língua Brasileira; isto é, compreensivo das palavras e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d’aquellas que proferem os Índios como se presumia.” (Silva Pinto: prólogo) Então, não é um dicionário da “língua brasilica”, do nheengatu, mas do português corrente.

Não é da língua geral, nem, também, de idiotismos do português do Brasil, pois o dicionário não trata dos termos que vieram a ser criados no novo mundo. Isso se pode verificar pela análise dos verbetes, mas, antes, pelo que declara o autor. Sua motivação foi a escassez de obras dessa natureza, dicionários, embora se refira ao dicionário de António Morais Silva e, de modo geral, a de “outros autores”. O que ele diz sobre sua motivação para fazer o dicionário corrobora a nossa tese de que é o autor da *Grammatica brasileira*, pois afirma no trecho do primeiro parágrafo do prólogo, antes reproduzido, que é o dicionário um “auxiliante da Grammatica, e da Orthographia.”

Em síntese, os fatos indicam que o *Diccionario da lingua brasileira* e a *Grammatica brasileira* são de autoria de Luís Maria da Silva Pinto e trazem o qualificativo *brasileira* como opção política do autor que, de um lado, aponta para o antagonismo entre portugueses e brasileiros e, de outro entre brasileiros e indígenas.

Tendo estabelecido a premissa da autoria, voltemos à *Grammatica brasileira ou Arte de Falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, de 1820. Esse título é ambíguo por fazer referência a uma terceira pessoa que se confunde com o autor. Borges Carneiro era português de Resende, nascido em 1774 e morto em Cascais em 1833. Foi um homem público, formado em Cânones e que exerceu a magistratura, tendo chegado a ser desembargador. Escreveu muitas obras do mundo do direito e da política, mas também a *Grammatica, orthographia e arithmetica portugueza, ou arte de falar, escrever e contar, etc. Filologia, matemática. Lisboa Imp. Regia*, 1820, 495p.<sup>8</sup> Pelo que se depreende da literatura especializada, Borges Carneiro não é especialista nas ciências da linguagem, nem foi professor. Essa foi sua única obra linguística, pelo que se tem conhecimento, e que se deve ter constituído como método didático. Essa é uma pesquisa a ser feita.

Kemmler (2009) estuda a *Noticia Succinta dos Monumentos da Lingua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma* de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854), professor no Real Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, situando-a como uma obra pioneira nos estudos historiográficos. A gramática de Borges Carneiro foi citada pelo historiador da *Noticia succinta*, o que Kemmler (2009, p. 61) reproduz.

É também Kemmler (2010, p. 76) que faz outra referência a Borges Carneiro, dessa vez pela voz de Schäfer-Prieß, quando, ao tratar da definição de pronome, diz: “Como pertinentemente constata Schäfer-Prieß (2000, p. 172), o gramático posterior Manuel Borges Carneiro (1820, p. 25) chega a tratar com mais precisão a definição paradigmática típica de autores anteriores que afirmavam que este se encontrava em vez do nome.”

O volume didático de Borges Carneiro, no qual está incluída a gramática

---

8 A referência qualificada dessa obra aparece em Kemmler 2011 84: Carneiro, Manuel Borges (1820): *GRAMMATICA, / ORTHOGRAFIA, / E / ARITHMETICA PORTUGUEZA, / OU / ARTE DE FALAR, / ESCREVER, E CONTAR. / COMPOSTA E DEDICADA / AO ILL.MO E EX.MO SENHOR / JOÃO ANTONIO SALTER / DE MENDONÇA, / Visconde de Azurara / Secretario do Governo / dos Negocios do Reino e da Fazenda. / POR / MANUEL BORGES CARNEIRO, / Secretario da Junta do Codigo / Penal Militar // LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. / 1820. / Com Licença.*

é referenciada em biografias do autor, mas não parece ter ressonância maior no contexto das ciências da linguagem. Isso pode ser explicado, talvez, pelo caráter didático da obra.

## 2. A Grammatica brasileira

Começemos por comparar o plano da *Grammatica brasileira ou arte de falar*, de autor anônimo, que reivindicamos aqui ser de Luís Maria Silva Pinto (doravante A.), com o da obra de Borges Carneiro, seu modelo declarado:

Manuel Borges Carneiro	A. [Luís Maria Silva Pinto]
Prefação	Não há
Cap. Preliminar - Grammatica	Cap. Preliminar – Da Grammatica
Parte I. De cada uma das partes da oração Cap. I – Do nome Cap. II – Do pronome Cap. II – Do artigo o Cap. IV – Do verbo e seu participio Cap. V – Do adverbio, conjunção, preposição e interjeição Cap. VI – Do uso das palavras	Parte I. De cada uma das partes da oração Cap. I – Do nome Cap. II – Do pronome Cap. II – Do artigo o Cap. IV – Do verbo e seu participio Cap. V – Do adverbio, conjunção, preposição e interjeição Cap. VI – Do uso das palavras
Parte II. – Da concordancia e disposição das palavras Cap. II – Das palavras e das figuras	Parte II. – Da concordância e disposição das palavras – Da colocação das palavras e das figuras
Orthografia Arithmetica	Não há

A comparação mostra que, realmente, a obra de A. é o espelho da parte gramatical da obra de Carneiro, com pequenas diferenças: o prefácio que falta na de A. e modificações pontuais de redação na do Anônimo, que nós julgamos ser Luís Maria Silva Pinto, ou A.

O conceito de gramática para o autor anônimo, (A.), é o mesmo do Borges Carneiro: “Grammatica é a arte de formar corretamente a oração ou orações, quer falando quer escrevendo.” Kemmler (2011: 76) mostra a proximidade de Borges Carneiro com outro gramático português, José da Virgem Maria, que escreveu o *novo methodo de educar os meninos e meninas, principalmente nas villas, e cidades*, que se apresenta em dois tomos, sendo o primeiro dedicado ao estudo da gramática portuguesa e o segundo, à astronomia, geografia e ética.

O que se tem de mais concreto, no momento, sobre a ligação de Borges Carneiro com Virgem Maria é, conforme indica Kemmler, a definição de *pronome*, como se pode conferir a seguir:

Definição de José Virgem Maria:<sup>9</sup>

P. Que cousa he *Pronome*?

R. He aquelle que traz á memoria o nome ou cousa a quem se refere, como *Eu, tu,*

*Elle*, etc. (Virgem Maria 1815 I: 10).

Definição de Borges Carneiro:

O *pronome* representa e traz á memoria algum nome, como, *eu, tu, elle, se, lhe, o qual, aquelle, o mesmo, etc.* Tem-se distinguido muitas especies de pronomes; o que é inutil, ou melhor se aprende pelo uso que por preceitos. P. Que cousa he *Pronome*? (Borges Carneiro 1820, p. 25)

A observação de Kemmler (2011: 76), em nota de rodapé é a seguinte: “A não ser que exista uma fonte comum a que não tivemos acesso até agora, esta coincidência única leva a crer que Carneiro terá aproveitado parcialmente a definição de Virgem Maria”. Acrescentamos, agora, para fazer a triangulação, que o texto de A. é idêntico ao de Carneiro, não somente no que se refere ao conceito de gramática mas também a todos os demais. O texto de A. na defini-

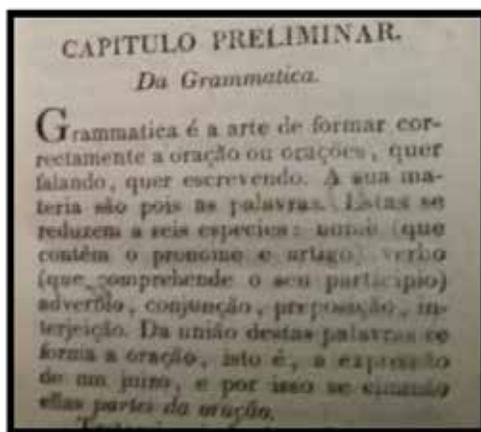
9 Kemmler (2011) traz uma referência qualificada dessa obra: “Virgem Maria, José da (1815a): *Novo methodo / de educar / os / meninos e meninas, / principalmente nas villas, e cidades: / dividido em dous tomos. / tomo i. / este tomo trata da grammatica e da lingoa portugueza, / desde os primeiros elementos da palavra pronunciada, / até aos ultimos preceitos da palavra escrita. / o segundo tomo trata dos elementos da astronomia, / dos da geographia, e dos da ethica: tudo com / suas estampas, e mapas illuminados. / offerecido / ao illustrissimo e excellentissimo senhor /Francisco daSilveira / Pinto da Fonseca. / Fidalgo da caza de s. a. r; nono senhor das honras de / Nogueira de S. Cipriano; commendador da nova ordem / da Torre e Espada, e da de Christo; tenente gene- / ral, e governador das armas da provincia de Tras / dos Montes, e conde d’amarante. / por / fr. Jose’ da Virgem Maria, / professor régio no convento de S. Francisco de Vila Real. // Lisboa: / na impressão regia anno 1815. / com licença*”. Em nota, o autor esclarece a fonte da obra: “trata-se do exemplar pertencente a José Vicente Gomes de Moura que hoje se conserva na biblioteca geral da Universidade de Coimbra (cota abrangeia 9-(1)-6-2-73)”.

ção de pronome, por exemplo, é cópia fiel do texto de Borges Carneiro, que é igual ao de Virgem Maria, embora sem a pergunta (P. Que cousa He *pronome*?):

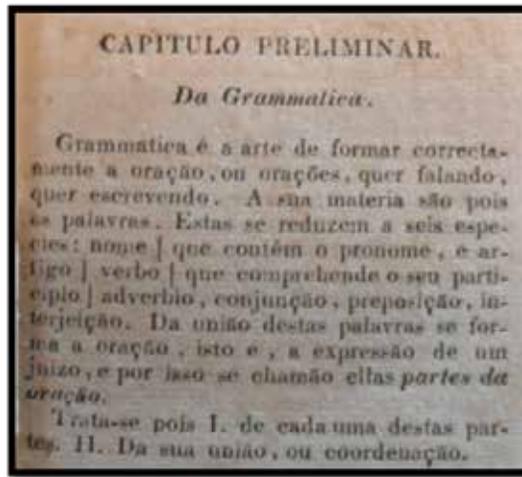
O *pronome* representa e traz á memoria algum nome, como, *eu, tu, elle, se, lhe, o qual, aquelle, o mesmo, etc.* Tem-se distinguido muitas especies de pronomes; o que é inutil, ou melhor se aprende pelo uso que por preceitos. (A. 1828, p.: 15)

Vale notar que a definição de pronome não é tão variável desde as obras da Idade Média e, segundo Colombat (2014, p. 171), pode corresponder ao conceito dado por Prisciano, ou àquele formulado por Donato. Prisciano, conforme explica Colombat (id.), restringe o conceito à palavra que “substitui uma pessoa precisa”, já Donato não faz tal restrição e amplia o conceito, afirmando que o pronome pode “substituir qualquer nome”. A definição coincide com a de Donato, tanto que José Virgem Maria, cuja gramática pode ter servido de modelo a Borges Carneiro e, por consequência à *Grammatica brasileira*, de A., explicita que o “pronome traz á memoria o **nome ou cousa** a quem se refere”, o que o relaciona ao conceito dado por Donato. Mas o que se destaca das definições vistas acima é o espelhamento da redação dos conceitos dados por Borges Carneiro no texto de A.

Para demonstrar como o texto de A. é, literalmente, a cópia do de Carneiro. Abaixo apresentamos duas imagens que comprovam o que afirmamos, pela definição de *gramática* nas duas obras. Primeiro, o texto de Carneiro e, em seguida, o de A.



Carneiro (1828, p. 11)



(A., 1828, p. 3)

Como se vê, nenhuma diferença. A estrutura das duas obras mostra a identidade das duas obras, como acima apresentado. Ambas são divididas em duas partes, que se subdividem em capítulos e esses, por sua vez, em parágrafos. Observamos que a Parte I, dedicada às partes da oração, é reduzida e é o verbo que ocupa mais espaço na obra, em razão das conjugações que são apresentadas. Nessa parte, contudo, o A. redigiu um capítulo extenso sobre o estudo das palavras, o que mostra sua ligação e interesse com o estudo do léxico. A Parte II é dedicada à sintaxe de concordância, ao estudo da ordem das palavras na frase e, ainda, ao estudo das figuras (solecismo e barbarismo).

O autor toma a divisão das partes do discurso, integralmente, de seu modelo, Borges Carneiro e, conforme já havia afirmado Schäfer-Prieß (2000) sobre o texto de Borges Carneiro:

Carneiro (1820) mantém as categorias de todas as partes do discurso indeclináveis, bem como do verbo, mas reúne, na Introdução, substantivos, adjectivos, pronomes e artigos numa única categoria <nome>. Esta categorização faz lembrar o sistema triádico modificado de Roboredo (4.5.2.2.2.), mas com a importante diferença de os participípios ficarem arrumados juntamente com os verbos, em vez de com os nomes, e de as interjeições possuírem estatuto de partes do discurso. No texto são dedicados capítulos autónomos aos pronomes e aos artigos, de maneira que não se pode constatar qualquer diferença em relação ao sistema modificado de oito partes. (Schäfer-Prieß 2000, p. 173)

Isso é, exatamente, o que se verifica na obra anônima. O estudo da língua nas duas partes da gramática (morfologia e sintaxe) é simplificado e sem referências explícitas a fontes.

Depois de mostrar a identidade das duas gramáticas, passemos a investigar o que tem a obra de A. de “brasileira”, adjetivo que entra no título de sua obra, no lugar do “portuguesa” da gramática de Carneiro. Em primeiro lugar, devemos esclarecer que a *Grammatica brasileira* carece de um prólogo, portanto, não há nenhuma indicação explícita da opção do autor pela escolha do adjetivo qualificativo para a língua descrita.

O uso do adjetivo “brasileira” aparece sem nenhuma indicação de seu sentido, entrando, simplesmente, na referência à língua, como na seguinte passagem, da primeira parte que trata de morfologia:

IV. **Na língua brasileira** os nomes, assim substantivos como adjectivos, não tem diversidade de terminações, nem consequentemente casos nem declinações. O artigo *o*, ou a preposição, que lhes precedem, determinão o que no latim se chama *casos*.

**Aqui se falará pois** somente do seu gênero, numero, e do modo por que alguns se formão. (A. 1828, p. 5)

O texto de Carneiro, no mesmo ponto diz o seguinte:

IV. **Na língua portuguesa** os nomes, assim substantivos como adjectivos, não tem diversidade de terminações, nem consequentemente casos nem declinações. O artigo *o*, ou a preposição, que lhes precedem, determinão o que no latim se chama *casos*. **Falarei** somente do seu gênero, numero, e do modo por que alguns se formão. (Carneiro, 1820, p. 13-14)

Como é evidente, o texto é o mesmo nas duas gramáticas, tendo o autor brasileiro apenas substituído o adjetivo *portuguesa* por *brasileira* e promovido uma pequena alteração de redação. Essa mudança é discursivamente significativa, porque o autor anônimo modificou a expressão da subjetividade do autor original, “Falarei”, primeira pessoa do singular, que denota a responsabilidade pela autoria, pela expressão “aqui se fala”, terceira pessoa do singular, que indetermina o sujeito da ação, ou elimina a responsabilidade do redator em relação ao que diz, ou transcreve. Como é o caso.

Quanto ao conteúdo do excerto, um fato a ser notado é negação da existência de morfemas nominais específicos dos casos que, porém, vem seguida do reconhecimento de que nem na língua *portuguesa* nem “na *brasileira*” há morfemas de casos, como na latina. Os artigos e as preposições, porém, servem para determinar o que, no latim, são os casos, e, assim, reconhecem que as estruturas formadas por *determinante + artigo + nome* e, também por *preposição + artigo + nome* são as que correspondem, na portuguesa, aos casos nominais latinos. Isso remete à existência, na língua portuguesa, se não de casos, mas de estruturas a eles correspondentes. O paradigma da declinação de casos nominais esteve na gramática portuguesa até o século XVIII, precisamente até 1799, ano de publicação de duas gramáticas: a *Arte da grammatica portugueza*, de Pedro Jo’sé de Figueiredo, que ainda apresenta o paradigma de declinação de casos nominais e a de Pedro José da Fonseca, *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), em que a declinação de nomes não mais existe.

Nesse caso, vê-se, na sombra do que diz Carneiro, repetido por A., o mesmo que Fernão de Oliveira 1536, quando tratou do afastamento do português em relação ao latim, pois aquela língua, como reconhece, não tem casos, como essa. Contudo, Oliveira (1536, p. 62) afirma a existência dos casos no que concerne a artigos e preposições. Conforme mostrou AUTOR (2007, p. 195), a relação de artigos e preposições para Oliveira é a seguinte:

Nesse caso, Oliveira não escapou da força do latim. Embora tenha mostrado reconhecer a inexistência de casos no português, viu-os em relação aos artigos e, parcialmente, em relação aos pronomes [...]. A matéria estudada não fica clara, apesar de o autor ter reconhecido as formas da preposição e da contração desta com o artigo, para diferenciar os casos. A correspondência dos casos latim/português quanto aos artigos seria, segundo Oliveira:

<b>Latim</b>	<b>Português</b>
Nominativo	→ Prepositivo (o, a)
Genitivo	→ Possesivo (de + o, a)
Dativo	→ Dativo (a + o, α)
Acusativo	→ Pospositivo (o, a) (+ -s no plural)

Na entrada da sintaxe, parte II, também há outra referência à língua brasileira, além da portuguesa, como se verá a seguir. Retomando a afirmação de A, no excerto em exame, vê-se que o autor não pensa mesmo na língua de que

trata, como uma língua autônoma, diferente da europeia. Isso mostra que, além da cópia literal do texto do autor português, o brasileiro não tinha ideia de que a troca dos adjetivos deveria implicar, necessariamente, a descrição de características linguísticas da variedade, ou língua, que o levou a fazer a alteração. É interessante observar que, além da troca de *portuguesa* por *brasileira*, há a de *latina* por *portuguesa*, o que sinaliza que A. quis dar a entender que a *língua brasileira* é “filha” da *portuguesa* como a *portuguesa* é da *latina*. Vejamos:

## CAPITULO II

Da Collocação das palavras, e das figuras.

§. 27

Regras sobre esta matéria.

A disposição das palavras e frases, que os Gregos chamão *syntaxe* (construção, coordenação, colocação, composição) deve **na língua brasileira bem como sucede na portuguesa**, latina, italiana, e franceza, ser dirigida pelas regras seguintes (\*) (A. 1828, p. 69. O negrito é nosso.)

O texto de Carneiro é exatamente o mesmo, com referência à língua portuguesa:

## CAPITULO II

Da collocação das palavras, e das Figuras.

§. 27

Regras sobre esta materia.

A disposição das palavras e frases, que os Gregos chamão *syntaxe* (*construcção, coordenação, collocação, composição*) deve **na língua portugueza, bem como sucede na latina**, italiana, franceza e hespanhola, ser dirigida pelas regras seguintes (a.) 1820, p. 102. O negrito é nosso.)

Dirão que eu saio aqui dos limites da Grammatica, e entro nos da Rhetorica: e eu direi que a importância é aprender a mocidade portugueza a falar e escrever bem a sua língua, e chamem a isto o que quizerem.

A passagem “deve na **língua brasileira** bem como sucede na **portuguesa**, latina, italiana e franceza (...)”, faz o leitor pensar que A. acredita, realmente, na existência de duas línguas diferentes: a brasileira e a portuguesa, embora não estabeleça contrastes entre as duas supostas línguas nem dê pistas das razões que o levam a tal separação. Os assuntos tratados em toda a gramática também não demonstram serem diferentes “as duas línguas”, portuguesa e brasileira.

Nessa parte II, *Da colocação das palavras e das figuras*, em verdade, o autor formula regras de construção de parágrafos e frases. Ele mesmo reconhece que faz mais retórica do que gramática, tanto que diz no rodapé indicado por (\*):

(\*) Dirão que saindo dos limites da Grammatica se entra nos da Rhetorica: mas o que importa é aprender a mocidade a falar e escrever bem a sua língua e chamem a isto o que quiserem.

As dez regras que formula trazem misturados assuntos referentes à gramática, retórica e produção de texto escrito. Assim, são os assuntos:

- Regra I – estabelece a ordem das partes do discurso na oração (agente, verbo, advérbio).
- Regra II – estabelece regras para o uso de orações intercaladas.
- Regra III – estabelece que a oração principal venha depois das intercaladas, se elas forem muitas.
- Regra IV – estabelece regras para conexão [coesão] interoracional em parágrafos com muitas orações intercaladas.
- Regra V – estabelece regras de colocação de palavras na frase.
- Regra VI – estabelece regras de colocação do advérbio, para que se alcance bom nível de clareza na frase.
- Regra VII – estabelece regras de colocação do adjetivo.
- Regra VIII – estabelece regras de colocação de palavras na frase de modo a evitar ambiguidade na frase.
- Regra IX – estabelece regras de colocação de palavras para evitar cacofonia.
- Regra X – estabelece regras para uso de rodeio para evitar os casos em que há choque na aplicação de regras anteriores.

As regras são seguidas de longos trechos citados como exemplos, mas nenhum deles é comentado. Os exemplos todos vêm entre aspas, mas não há pistas de sua autoria. Ademais, em nenhuma das regras há assuntos específicos da “língua brasileira”, pois tudo o que é referido diz respeito à língua portuguesa em geral.

A nosso ver, o que essa obra traz de diferente, para a época, é o trabalho com o “uso das palavras” integrado no texto da gramática, o que aparece no capítulo sexto da primeira parte. Para introduzir o assunto, o autor trata da adequação do uso das palavras às situações de comunicação, já que, como reconhece explicitamente, o objetivo de quem fala ou escreve é ser entendido.

Embora não faça nenhuma referência explícita, a fonte longínqua de Borges Carneiro e de A. deve ter sido Fernão de Oliveira (1536), que trata largamente do uso das palavras, inclusive empregando terminologia próxima à aplicada pelo autor da *Grammatica brasileira*. Por sua vez, a fonte de Oliveira foi bem antiga, já para o século XVI: Varrão, gramático latino do século II a. C., de quem veio a metalinguagem “estranha”, ou diferente do que era usual para o texto gramatical. Fernão de Oliveira falou das “dições”, ou seja, sobre as palavras e seus usos, nos seguintes termos:

1. Das dições [cap. XXX]<sup>10</sup>
2. Da etimologia das nossas dições [cap. XXXI]
3. Das dições alheias [cap. XXXII]
4. Das dições comuns [cap. XXXIII]
5. Das dições apartadas ou simprezes [cap. XXXIV]
6. Das dições juntas ou compostas [cap. XXXV]
7. Das dições velhas [cap. XXXVI]
8. Das dições novas [cap. XXXVII]
9. Das dições usadas [cap. XXXVIII]
10. Das dições próprias [cap. XXXIX]
11. Das dições tiradas ou derivadas [cap. XLI]
12. Doutras dições tiradas ou eiceições [cap. XLII]

A certeza de que Oliveira compõe o *horizonte de retrospectão* de A. começa desde que se verifica sua preocupação com o uso da língua e, depois, como fica evidente, com a coincidência do tratamento das palavras de sua natureza. Dessa lista, que traz apenas os capítulos dedicados ao estudo das palavras, há coincidência do que disse Oliveira com o que diz A. nos seguintes casos:

---

10 Os títulos dos capítulos atribuídos são devidos à edição crítica, preparada por Torres e Assunção (2000), da *Grammatica da lingoagem* portuguesa de Fernão de Oliveira. Desses títulos, apenas quatro, Das sillabas, Das dições, Do acento e Analogia, foram de autoria do próprio Oliveira. Os algarismos romanos referem-se aos números dos capítulos.

Oliveira	A.[Silva Pinto]
Das dições usadas [cap. XXXVIII]	Do uso das palavras [título geral]
Das dições velhas [cap. XXXVI] Das dições novas [cap. XXXVII]	Palavras antiquadas ou inovadas
Dições alheias	Inovação de palavras corruptoras da linguagem
Das dições tiradas ou exceções	Palavras velhas em sentido inovado ou mal formadas

Esse quadro, também, mostra bem a identidade das duas obras. A alteração diz respeito à formulação parafrástica do texto. Quanto às palavras novas, o autor menciona as oriundas da “língua geral” do Brasil, como se pode ler no extrato a seguir:

Não deveria porê[m] contar-se entre as palavras viciosamente innovadas, os nomes que se põem ás cousas de novo descobertas ou inventadas; os que a necessidade exigio se introduzissem, como *pret*, *chefe*; nem os termos technicos, ou peculiares ás sciencias e artes, mormente quando nellas os não houver **Nacionaes** e já **usados** *merecendo adopção e preferencia as da lingua geral do Brasil.* (A. 1828, p. 58. Grifamos.)

E havia dito Borges Carneiro:

Não devem porê[m] contar-se entre as palavras viciosamente innovadas, os nomes que se põem ás cousas de novo descobertas ou inventadas; os que a necessidade exigio se introduzissem, como *pret*, *chefe*; nem os termos technicos, ou peculiares ás sciencias e artes, mormente quando nellas os não houver **portuguezes** e já usados. (Borges Carneiro, 1820, p. 81. Grifamos.)

Como o autor não dá exemplos das palavras novas oriundas do que denominou “língua geral do Brasil,” entendemos que essa expressão fica, nesse contexto, ambígua, podendo ser referente à língua comum ou à língua tupinambá simplificada, usada como meio de comunicação entre os índios e os jesuítas e que, depois, funcionou como língua de comunicação de famílias de descendentes de portugueses, por índios de outras etnias e, também, pelos escravos. Como, todavia, a expressão “língua geral” foi usada desde o século XVI pelos

portugueses e espanhóis, primeiro para designar as línguas indígenas do Peru e do Paraguai, e, no caso do Brasil, as línguas indígenas da costa, de São Paulo ao Nordeste, pode-se interpretar que ele se refere às palavras originárias das línguas indígenas brasileiras. Lembre-se, contudo, do que A. disse no prólogo de seu dicionário, e que foi reproduzido aqui: “(...) da língua Brasileira; isto é, compreensivo das palavras e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d’aquellas que proferem os Índios como se presumia.” Então, conclui-se que ele fala mesmo é da língua corrente praticada no Brasil e não da língua geral.

### Nota final

A hipótese levantada neste artigo, de que a *Grammatica brasileira, ou arte de falar conforme as regras de Manoel Borges Carneiro*, 1828, anônima, é de autoria de Luís Maria da Silva Pinto, pode ser considerada confirmada. Os dados usados para a confirmação vieram do estudo do horizonte de retrospectiva da obra, e eles são coincidentes com os de Luís Maria da Silva Pinto, autor do *Diccionario brasileiro*, de 1832.

Do trabalho realizado, conclui-se que a obra é uma cópia modificada da *Grammatica* de Manuel Borges Carneiro. Além disso, que a modificação feita pelo autor anônimo, o qual, conforme vimos, é Luís Maria da Silva Pinto, foi superficial e implicou, apenas, o acréscimo do adjetivo brasileira na designação da gramática, e sua inclusão em mais duas passagens do texto, sem que isso repercutisse na análise ou descrição da língua. Não, houve, portanto, *gramatização* de fatos linguísticos da variedade brasileira do português, como o título da obra sugere.

Finalmente, podemos dizer que o qualificativo “brasileira” usado no título da gramática parece ter sido escolhido por motivos políticos e não por convicção linguística, o que vai ao encontro da interpretação de Lima (2006) a respeito do *Diccionario da lingua Brasileira*. O fato de a descrição da língua constante da *Grammatica brasileira* não trazer diferença normativa nem linguística do português praticado no Brasil, em face do praticado em Portugal, também corrobora a hipótese da intenção política do autor ao nomear sua obra. Resta, agora, examinar com cuidado o *Diccionario* de Silva Pinto e confrontá-lo com os de sua época para ver se a “metodologia” de edição é a mesma usada na gramática.

## Referências bibliográficas

### Fontes

- PINTO, Luiz Maria da Silva. 1832. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz, Typographia de Silva.
- GRAMMATICA BRASILEIRA OU ARTE DE FALAR CONFORME AS REGRAS DE MANUEL BORGES CARNEIRO. Ouro Preto, Typographia de Silva.
- OLIVEIRA, F. 1536. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. In: Assunção, C.; Torres, A.(2000) Gramática da linguagem portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa.

### Estudos

- ASSUNÇÃO, C. e Torres, A. 2000. Introdução, em *Gramática da linguagem portuguesa*, Edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas/SP : UNICAMP, 1992.
- AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998. [Collection Sciences, modernités, philisophies, dirigée par Sylvian Auroux].
- AUROUX, S. Les modes d’historicisation . In: *Histoire, Espistemologie, Langague. Histoire des Idées Linguistiques et Horizons de Rétrospection*. Tome XXVIII, Fascicule 1, 2006. pp. 105-116.
- AUROUX, S. *La question de l’origine des langues, suivi de l’historicité des sciences*. Paris: PUF, 2007.
- CAVALIERE, Ricardo. 2010. A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX, em Assunção, C., Fernandes G. e Loureiro, M. (editores), *Ideias linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a Séc. XIX)*., Volume I, Nodus Publikationen, Münster, Germany.
- CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- KEMMLER, Rolf. 2013. A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a Arte de grammatica portugueza (1816) de Inácio Felizardo Fortes, *Confluência*, 44-45: 61 –
- KEMMLER, R. 2010. O ideário linguístico no Novo methodo de educar os meninos e meninas (1815) do vila-realense Frei José da Virgem Maria, *Revista de Letras*, II, 9: 63-92.
- KEMMLER, R. 2009 As Origens da Disciplina ‘Historiografia Linguística’ na Noticia Succinta (1823) de José Vicente Gomes de Moura, *Confluência*, 35-36: 37-83.

- AUTOR, M. Q. 2007. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*, São Paulo, Humanitas/Paulistana.
- LIMA, Staelze I. (2006). Luiz Maria da Silva Pinto e o Dicionário da língua brasileira (Ouro Preto, 1832), *Humanas*, Porto Alegre: 28, 33-67.
- SCHÄFER-PRIEB, Barbara [no prelo]: *A Gramaticografia portuguesa de 1540 até 1822: condições da sua gênese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.

Recebido em 20 de julho de 2015.

Aceito em 9 de setembro de 2015.